

OSMAR TEIXEIRA GASPAR

ELEITORES

E

CANDIDATOS

NEGROS

EM

SÃO PAULO

REFLEXOS DAS ESTRUTURAS DE PODER,
DOMINAÇÃO RACIAL E PRIVILÉGIOS NO BRASIL



CASA DO
DIREITO

Copyright © 2022 by Editora Letramento
Copyright © 2022 by Osmar Teixeira Gaspar

Diretor Editorial | Gustavo Abreu
Diretor Administrativo | Júnior Gaudereto
Diretor Financeiro | Cláudio Macedo
Logística | Vinícius Santiago
Comunicação e Marketing | Giulia Staar
Assistente de Marketing | Carol Pires
Assistente Editorial | Mateos Moreno e Sarah Júlia Guerra
Designer Editorial | Gustavo Zeferino e Luís Otávio Ferreira
Imagem da capa | Vetor criado por rawpixel.com

CONSELHO EDITORIAL JURÍDICO

Alessandra Mara de Freitas Silva	Henrique Garbellini Carnio
Alexandre Morais da Rosa	Henrique Júdice Magalhães
Bruno Miragem	Leonardo Isaac Yarochevsky
Carlos María Cárcova	Lucas Moraes Martins
Cássio Augusto de Barros Brant	Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme
Cristian Kiefer da Silva	Nuno Miguel Branco de Sá Viana Rebelo
Cristiane Dupret	Onofre Alves Batista Júnior
Edson Nakata Jr	Renata de Lima Rodrigues
Georges Abboud	Salah H. Khaled Jr
Henderson Fürst	Willis Santiago Guerra Filho.

Todos os direitos reservados. Não é permitida a reprodução desta obra sem aprovação do Grupo Editorial Letramento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G249e	Gaspar, Osmar Teixeira
	Eleitores e candidatos negros em São Paulo: reflexos das estruturas de poder, dominação racial e privilégios no Brasil / Osmar Teixeira Gaspar. - Belo Horizonte : Letramento ; Casa do Direito, 2022. 392 p. ; 15,5cm x 22,5cm.
	Inclui bibliografia e anexo. ISBN: 978-85-9530-357-7
	1. Direito. 2. Direito eleitoral. 3. Eleitores. 4. Candidatos. 5. Negros. 6. Dominação racial. 7. Privilégios. 8. Brasil. I. Título.
2020-871	CDD 341.28 CDU 342.8

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito eleitoral 341.28
2. Direito eleitoral 342.8



Rua Magnólia, 1086 | Bairro Caiçara
Belo Horizonte, Minas Gerais | CEP 30770-020
Telefone 31 3327-5771



CASA DO DIREITO
é o selo jurídico do Grupo
Editorial Letramento

editoraletramento.com.br ▲ contato@editoraletramento.com.br ▲ editoracasadodireito.com

SUMÁRIO

21	PREFÁCIO
23	INTRODUÇÃO
39	CAPÍTULO 1 O MONOPÓLIO DA REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR NO BRASIL A NATURALIZAÇÃO DA AUSÊNCIA PARLAMENTAR DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA NO LEGISLATIVO – REFLEXOS DO ESCRAVISMO E DO RACISMO COMO COROLÁRIO DAS RESISTÊNCIAS À MOBILIDADE SOCIAL ASCENDENTE DA POPULAÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA
39	1.1. As dimensões do Legislativo como lócus de hegemonia racial e dominação político-ideológica no Brasil do século XXI
43	1.2. A adaptação dos antigos escravizados à Liberdade
45	1.3. A emergência dos negros senzalinos e os casa-grandinos
49	1.4. Resistências à mobilidade social ascendente dos negros no Brasil
50	1.5. Óbitos artificialmente provocados com o propósito de reduzir o enorme contingente de negros para tornar a população brasileira exclusiva e esteticamente branca
53	1.6. As dimensões de poder concentradas nas mãos das elites brasileiras brancas dominantes
56	1.7. A massa negra como ameaça à estrutura de privilégios e poder dos brancos mais ricos no Brasil
60	1.8. Estruturas de dominação e privilégios controladas pelos brancos mais ricos
62	1.9. O Direito como norma legal de coerção pela aplicação da violência física dos escravizados africanos e seus descendentes brasileiros
67	1.10. A mão de obra escravizada agregou e atribuiu valor aos latifúndios no Brasil
72	1.11. A falta de solidariedade coletiva aos candidatos negros auxilia na preservação do monopólio da representação parlamentar no Brasil
76	1.12. As pautas políticas dos negros brasileiros no Legislativo são geralmente tratadas por parlamentares brancos descompromissados com suas lutas por direitos iguais e justiça social

83	1.13. A utopia da democracia racial brasileira
87	1.14. O Bem Comum como justificativa para maior presença de brancos no Legislativo nacional
93	1.15. A maioria parlamentar branca no Legislativo impõe freios às demandas dos brasileiros negros por históricas reparações sociais pela via legal
97	1.16. A racialização do voto no Brasil
105	1.17. A influência neoliberal e a negação dos prejuízos coletivos
116	1.18. A emergência de múltiplos partidos retirou da população negra brasileira o seu foco a partir da proliferação de candidatos cabos eleitorais negros
127	CAPÍTULO 2 A SUB-REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA PROLIFERAÇÃO DAS CANDIDATURAS POPULARES COMO RESISTÊNCIA POLÍTICA À UTILIDADE DE CANDIDATOS E ELEITORES NEGROS PARA ELEIÇÃO INDIRETA DOS CANDIDATOS MAIS RICOS E BRANCOS
127	2.1. Os partidos políticos e a utilidade do voto dos eleitores negros brasileiros
128	2.2. Cotas raciais no Poder Legislativo, uma resistência hegemônica
133	2.3. A definição do campo ideológico, identidade e foco racial do eleitor negro brasileiro
137	2.4. A sub-representação parlamentar da população negra brasileira no Legislativo está também diretamente associada a má distribuição das riquezas nacionais e oportunidades iguais
139	2.5. O temor do aumento demográfico da população negra brasileira e preservação da supremacia racial branca nas dimensões do Legislativo
142	2.6. " <i>Partus sequitur ventrem</i> ": o abortamento voluntário das mulheres negras
152	2.7. Com o crescimento demográfico da população negra brasileira emergem as ameaças e pressões políticas futuras às dimensões controladas pelas classes hegemônicas brasileiras
155	2.8. Racismo no Brasil, uma abordagem sutilmente proibida aos candidatos negros ou a hipocrisia de uma sociedade que se apoia numa suposta democracia racial para negar a existência do racismo
159	2.9. A negação do racismo e da questão racial pelos partidos políticos no Brasil
159	2.10. A suposta democracia racial brasileira se apoia nas desvantagens sociais para justificar as diferenças com base numa questionável meritocracia

- 161 2.11. O controle da Administração estatal e da Justiça exclusivamente nas mãos das elites brasileiras brancas dominantes
- 163 2.12. A emergência dos juizes de dentro em detrimento dos juizes de fora
- 167 2.13. O Poder Legislativo como trincheira política das classes brasileiras dominantes
- 173 2.14. O dilema e resistências das elites brasileiras dominantes com vistas ao conceito clássico de democracia e as contradições da democracia brasileira
- 177 2.15. Luta da população negra por maior representação legislativa no Brasil do século XXI
- 179 2.16. A iniciativa privada serve como freio à mobilidade política ascendente dos candidatos negros e como esteio dos candidatos mais ricos e brancos
- 180 2.17. A proliferação de candidaturas negras populares, ao mesmo tempo em que se presta para denunciar o modelo da democracia brasileira excludente, serve também para dividir o eleitorado negro
- 182 2.18. Cálculos do quociente eleitoral revelam a utilidade de eleitores e candidatos negros na eleição dos mais ricos e brancos no Brasil
- 182 2.18.1. Cálculo do quociente eleitoral
- 190 2.19. Certos candidatos mais ricos se tornam dependentes diretos dos resultados insuficientes obtidos por certos candidatos negros para se elegerem parlamentares
- 193 2.20. O profundo silêncio dos partidos políticos acerca das candidaturas negras, revela a naturalização da presença de brancos nas dimensões de poder

185 **CAPÍTULO 3 – A DEMOCRACIA NO BRASIL GOVERNO DO POVO OU GOVERNO DE MINORIAS DOMINANTES? – CONTRADIÇÕES E DESAFIOS DE UMA DEMOCRACIA INCAPAZ DE AMPLIAR A REPRESENTAÇÃO DOS MAIS POBRES E NEGROS NOS ESPAÇOS DE PODER E TOMADA DE DECISÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

- 195 3.1. Desafios da democracia brasileira como destinação de igualdade de direitos para os brasileiros mais pobres e negros
- 196 3.2. Da sub-representação legislativa da população negra brasileira decorre a sua delegação forçada a terceiros não legitimados por ela integralmente para tratarem de seus interesses políticos nas Casas Legislativas
- 199 3.3. Democratizar a democracia no Brasil, uma necessidade para se ampliar a representatividade legislativa da população negra

- 201 3.4. A democracia no Brasil erige artifícios para impedir que os mais pobres também possam realizar o bem comum e tomar decisões consuetudinárias em nome das minorias dominantes
- 203 3.5. Uma definição mínima de democracia segundo Bobbio
- 205 3.6. Subversões da ordem posta e da democracia no Brasil
- 208 3.7. A democracia brasileira como lócus da reprodução de hierarquias entre brasileiros
- 209 3.8. O "jogo político" no Brasil inscreve a democracia como ideologia de dominação política dos mais pobres e negros
- 212 3.9. As elites brasileiras dominantes se recusam a reconhecer os negros como sujeitos iguais a fim de justificarem a sua ausência dos espaços de poder político
- 216 3.10. Não reconhecer para dominar
- 218 3.11. A cidadania como uma prerrogativa
- 222 3.12. Escravizados em situação análoga a presos políticos da Colônia ao Império
- 225 3.13. O vertiginoso crescimento demográfico dos brasileiros negros pode ter motivado a negação de reconhecimento de igualdade de direitos
- 227 3.14. A preservação das diferenças sociais visando preservar privilégios
- 231 3.15. A democracia brasileira é arduamente operada em várias frentes para desestimular e manter os negros longe da estrutura de poder, por meio da realimentação de mecanismos de exclusão social que cooperam para as suas derrotas consecutivas ao Legislativo
- 234 3.16. Democracia no Brasil: Um jogo político nada democrático e muito previsível
- 237 3.17. A destinação de supostas igualdades jurídicas para não se reconhecer as imensuráveis diferenças sociais existentes entre brancos e negros no Brasil
- 241 3.18. As elites brasileiras brancas dominantes erigiram obstáculos artificiais da Colônia ao Império, do Império à República visando pôr freios à autodeterminação dos negros no Brasil
- 245 3.19. Emerge com a democracia brasileira a necessidade de introduzir mecanismos eugenistas visando mudar a aparência estética de um Brasil muito parecido com a África para um país com aparência estética rigorosamente europeia nos trópicos
- 254 3.20. Um realinhamento necessário do jogo político no Brasil

- 256 3.21. O bem comum como uma prerrogativa de ser realizado exclusivamente por brancos no Brasil
- 265 **CAPÍTULO 4 - AS DIFERENÇAS SOCIOECONÔMICAS, ESTRUTURAIS E RACIAIS ENTRE OS CANDIDATOS BRANCOS E NEGROS AO LEGISLATIVO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO VISTAS A PARTIR DE NOSSAS PESQUISAS DE CAMPO**
- 265 4.1. Concorrências desleais e desigualdades sociais
- 268 4.2. A racialização das urnas no Brasil
- 269 4.3. Influências externas, dependência econômica e baixa escolaridade concorrem para a transferência de voto da população negra para candidatos brancos ao Legislativo
- 271 4.4. A dependência econômica de certos eleitores negros se transforma em opressão política
- 277 4.5. A alocação dos candidatos negros nos partidos políticos
- 281 4.6. Apêndice E: Análise de Questionário – Respostas de Ex-candidatos Negros ao Legislativo (Estadual e Municipal)
- 290 4.7. Apêndices A e B: Análise dos questionários submetidos aos respondentes eleitores brancos e negros. Gráficos para Eleitores Brancos e Eleitores Negros
- 312 4.8. Distribuição étnica dos candidatos a cargo político em São Paulo nas eleições de 2014 por agremiação partidária
- 318 4.9. Apêndice C: Gráficos para o Questionário – Negros Evangélicos

327 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

333 **REFERÊNCIAS**

341 **APÊNDICES**

- 342 APÊNDICE A – Questionário de pesquisa com eleitores negros
- 354 APÊNDICE B – Questionário de pesquisa com eleitores brancos
- 367 APÊNDICE C – Questionário de pesquisa com eleitores evangélicos
- 372 APÊNDICE D – Questionário de pesquisa com parlamentares, ex-parlamentares, suplentes e candidatos derrotados ao Legislativo Estadual e Municipal de São Paulo
- 375 APÊNDICE E – Questionário de pesquisa com os partidos políticos

384	APÊNDICE F - Questionário de pesquisa com casais inter-raciais (homens negros x mulheres brancas - mulheres negras x homens brancos)
389	APÊNDICE G - Correspondência eletrônica para os partidos políticos
390	NOTAS